

SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

APRESENTAÇÃO

A questão de saber se as novas gerações são mais ou menos politizadas em relação às mais velhas é algo que não se pode responder de modo unívoco. Porque toda geração retoma em parte os usos da cidadania e os modos de participação política daqueles que as precederam, mas elas também recompõem e reinventam essa herança. Continuidades e rupturas se ajustam em função de eventos, de circunstâncias, assim como pela evolução das instituições e do sistema político (Anne Muxel).

O ano de 2016 entrará para a história do Brasil sob o signo da mais profunda crise política vivenciada no período pós-regime militar: o ano em que nossa recente, embora a mais “longa”, experiência democrática foi abalada por um processo de impedimento da presidenta eleita, Dilma Roussef, pela posse do vice-presidente, Michel Temer, e pelo evidente aprofundamento da política de ajuste fiscal e austeridade no controle dos “gastos” públicos, já iniciada no governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa descrição sumária dos episódios e efeitos mais marcantes desse processo, que se desenrolou ao longo de quase dois anos, não chega sequer a constituir uma pálida exposição do cenário político multifacetado e contraditório — que envolveu diretamente diferentes setores, movimentos e organizações políticas —, cuja compreensão exigirá ainda tempo e rigorosos esforços de análise e interpretação. No entanto, é possível identificar, grosso modo, alguns “fenômenos” que se destacaram na cena pública nos últimos dois anos: o surgimento do dito “antipetismo”, nesse momento associado a um suposto combate à corrupção, marcado por manifestações de ódio e intolerância que chegaram a se desdobrar em agressões físicas contra militantes do PT e pedidos de retorno da ditadura civil-militar; a divisão do campo da esquerda em um amplo espectro de posições — dos defensores do governo Dilma à bandeira do “Fora Todos”; o ascenso de um discurso conservador multifacetado, com fortes traços religiosos e meritocráticos, que tende ao ataque às minorias, bem como a determinadas políticas de redistribuição de renda e/ou afirmativas; o desencantamento de parte significativa da população em relação à política que vem se materializando, nas urnas, em um número crescente de votos brancos, nulos e abstenções.

Vale lembrar que esses fatos ocorreram muito proximamente da data que marcou os 50 anos do golpe militar no Brasil, e em um momento no qual

também houve a conclusão dos trabalhos das “Comissões da Verdade” por todo país, primeiro esforço concreto e sistematizado do Estado Brasileiro na investigação e no reconhecimento dos crimes cometidos pelo próprio Estado contra civis durante a ditadura civil-militar, o que levou a questionamentos profundos sobre o que poderia explicar um suposto “apagamento” ou “esquecimento” dos fatos relacionados a um período tão recente (e sombrio) da história do Brasil. Ignorância dos episódios? Falta de informações? Ausência de discernimento?

Embora, evidentemente, não seja o objetivo desta publicação realizar uma análise dos acontecimentos políticos desse período, não resta dúvida que muitas de suas dimensões remetem a questões que serão aqui tratadas e poderiam ser assim sintetizadas:

- Sobre quais elementos, objetivos e subjetivos, se sustentam as tomadas de posição de caráter político ou em relação ao mundo da política?
- Como se constituem as opiniões, os sentimentos, os valores, as posições e os comportamentos em relação à política?
- Qual é o papel de diferentes e variados processos de socialização — dos não intencionais aos processos formais de educação — na formação dos modos como os indivíduos se relacionam, se comportam e atuam no mundo da política?

Podemos concordar que o acesso a determinadas informações é fundamental para a constituição de diferentes pontos de vista sobre a realidade. No entanto, informações não são conteúdos neutros, apreendidos por todos e qualquer um do mesmo modo; suas assimilação e incorporação passam pelo crivo das emoções e das predisposições individuais e coletivas a se compreender o mundo, enfim, depende dos quadros de percepção cognitiva e moral resultantes de uma dada posição no mundo social. Assim, a análise dos processos de formação de certa posição política ou em relação à política não pode ser concebida somente em termos de acesso ao “conhecimento dos fatos”, mas exige que nos debruçemos, de um lado, (i) sobre a compreensão dos processos que formaram os esquemas de percepção e avaliação da realidade de determinados indivíduos, ou seja, dos processos de socialização; e, de outro, (ii) sobre o “peso” das conjunturas ou dos acontecimentos de ordem social, econômica e política, o que inclui as transformações das próprias instituições e movimentos políticos, que podem precipitar a tomada de certas posições.

O presente dossiê tem como objetivo central apresentar um conjunto de artigos que assumem por objeto de estudo processos de transmissão, formação e aquisição de opiniões, preferências, valores, condutas e comportamentos em

relação ao “mundo da política”. A premissa que sustentou sua organização é de que o modo como cada indivíduo e/ou grupo social percebe e reage aos eventos de ordem política é o resultado de diversos processos educativos, que se desenvolvem em variadas instâncias socializadoras, tais como família, escola, trabalho, igreja, universidade e diferentes espaços associativos. Portanto, a compreensão da emergência de determinadas tendências de comportamentos políticos passa necessariamente pela análise rigorosa e minuciosa de tais processos de caráter educativo. Além disso, pretende-se apresentar como as “relações entre educação e política” podem ser concebidas em, pelo menos, duas dimensões fundamentais: de um lado, os processos educativos em si possibilitam a formação de determinados modos de se conceber e se relacionar com fatos, eventos e instituições políticas; de outro, a experiência de participação política em si constitui um processo educativo específico, capaz de ressocializar indivíduos de diferentes grupos sociais, faixas etárias ou gerações, alterando seus quadros de percepção e avaliação das questões de ordem política, inicialmente formados ao longo da socialização primária.

Os processos de transmissão e formação de opiniões, preferências, condutas e comportamentos em relação à política constituem o objeto de investigação do campo de estudos que se convencionou chamar de “Socialização Política”. A rigor, seria impossível separar a socialização política dos processos gerais de formação de crenças, valores e atitudes concernentes à existência humana, à relação com o outro, às hierarquias sociais e às regras de comportamento, bem como à significação moral e religiosa dos atos. No entanto, não se pode negar que seja possível apreender, de diferentes formas, os processos de transmissão que concernem especificamente ao mundo da política. O conjunto de artigos que compõem esse dossiê, apresentados por autores de diferentes universidades e países, pretende apresentar um amplo e consistente panorama de resultados de pesquisas, constituição de objetos de análise e possibilidades teórico-metodológicas concernentes a diferentes processos de socialização política.

Os organizadores do dossiê, Kimi Tomizaki, Hamilton Harley-Carvalho e Maria Gilvania Valdivino Silva, analisam, no primeiro artigo, “Socialização política e politização entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto”, as especificidades da socialização política e a politização entre as classes populares, com ênfase sobre o papel da família na aquisição de valores, da ressignificação de valores e atitudes em função de determinadas experiências individuais, conjunturas econômicas e políticas e a militância. Os dados apontam que os militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), cujo vetor de politização mais evidente é a vulnerabilidade econômica e social, vivenciam, ao longo de suas trajetórias, um complexo processo de “negociações” e “acomodações” entre os valores familiares e aqueles adquiridos na militância, o que resulta em um quadro que integra valores das classes populares e alguns princípios do ideário socialista. Seguindo ainda na discussão sobre o papel da família nos processos de socialização política e politização, Catherine Leclercq, no artigo “Nativos mas não cativos: ‘no

berço' das socializações comunistas e a fabricação de papéis militantes", apresenta o caso dos herdeiros de "dinastias comunistas", nascidos em famílias e universo de sociabilidades marcados por forte influência do Partido Comunista Francês (PCF), com a seguinte interrogação: seria correto pensar que a socialização política a que são submetidos desde a primeira infância, em um meio social e local no qual a instituição comunista é onipresente, só poderia produzir um *habitus* em "osmose" durável em relação aos modelos partidários? Nesse sentido, o artigo discute como se opera a constituição precoce do *habitus* militante, menos por uma pedagogia explícita e, sobretudo, por meio de uma aprendizagem dos corpos e das mentes, em diálogo com as transformações da instituição partidária e as trajetórias sociais dos "nativos". Lucia Rabello de Castro e Felipe Salvador Grisolia, no artigo "Subjetivação pública ou socialização política? Sobre as articulações entre o 'político' e a infância", ampliando a discussão em torno da família para abarcar também a instituição escolar, problematizam o conceito de socialização política a partir das novas posições ocupadas pelas crianças como sujeitos de fala e de direitos, tendo em vista discutir a emergência do político nas relações intergeracionais, entendidas como espaços de disputas em função do crescente mal-estar contido nas relações de transmissão educacional. O artigo apresenta a noção de subjetivação pública como aquela que pode dar conta do processo de crescente visibilização das disputas e demandas geracionais no contexto escolar.

Abordando diretamente a questão da socialização política dos jovens, o artigo "Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil", de Marcello Baquero, Rute Baquero e Jennifer Azambuja de Moraes, trata da disseminação de novas ferramentas tecnológicas, sobretudo a internet, como espaços de formação de identidades coletivas, constituição de capital social e comunicação das demandas da juventude perante o Estado, constituindo-se, portanto, uma nova modalidade de socialização política. A internet e, por consequência, os sites de redes sociais estão gerando um ambiente no qual ocorrem novas formas de interação social entre o campo político e a sociedade, e os avanços tecnológicos de comunicação podem ser poderosos indutores de transformação de atitudes e de comportamentos dos cidadãos, bem como da formação de identidades coletivas entre os jovens. Assim, o artigo problematiza como os jovens internalizam normas e valores políticos em um contexto de novas tecnologias de comunicação e como esses elementos ajudam a construir uma imagem do mundo político e as expectativas que são geradas em relação ao futuro. Em outra perspectiva, Marília Pontes Sposito e Felipe de Souza Tarábola, no artigo "Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes", discutem a necessidade de — diante de um quadro contraditório de redução de participação dos jovens em espaços com partidos e sindicatos, mas de aumento de adesão juvenil em atos e manifestações de rua — investir esforços investigativos para esmiuçar de que "política" se trata, afinal, quando pensamos a participação ou o engajamento do jovem contemporâneo. Assim, o artigo apresenta uma reflexão sobre as diferentes

formas de ação de jovens universitários de algumas instituições de ensino públicas do Estado de São Paulo, tendo em vista contribuir com o debate sobre o atual significado e experiência de engajamento juvenil em um panorama de declínio de uma dada concepção de militantismo político e, ao mesmo tempo, de crescimento de novas formas de atuação na esfera pública.

Finalmente, os três últimos artigos tratam de processos de socialização política intrinsecamente associados a instituições, mais especificamente, escola e sindicato. Samara Mancebo Lerner, em “Entre o moderno e o autoritário, o liberal e o conservador: o projeto de socialização político-ideológico contido na disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros”, analisa a obrigatoriedade, durante o regime militar, da disciplina “Estudo de Problemas Brasileiros” (EPB) nos cursos de Ensino Superior com o propósito de preparar moral e civicamente os jovens para, dentre outros objetivos, defender a “democracia”, os valores espirituais e éticos da nacionalidade e contribuir para a segurança e o desenvolvimento nacional. A tríade Deus-Pátria-Família permeava o conteúdo da disciplina e fazia frente aos inimigos que deveriam ser vencidos por meio de sua socialização: a ameaça comunista, o movimento estudantil e o esfacelamento dos valores morais cristãos associados a eles. Assim, o artigo contribui tanto com os estudos que enfocam projetos de socialização política conduzidos pelo Estado, via processo educacional, quanto para ampliar nosso entendimento sobre a compreensão da ideologia que deu sustentação ao golpe de 64 e ao regime que o sucedeu, assim como valores e princípios que orientavam e articulavam, ao mesmo tempo, ações: desenvolvimentistas, mas repressivas; e modernas, mas conservadoras e autoritárias. No artigo, “A socialização política dos estudantes no plural: dos modelos de integração às gramáticas políticas”, de Pedro Jorge Caetano, trata das inquietações da sociedade europeia, mais especificamente de Portugal, concernentes à eficácia da transmissão intergeracional de determinadas práticas e valores associados a uma (con)vivência democrática plena, com ênfase sobre o papel da escola nesse processo de formação cidadã das novas gerações. No entanto, identifica-se que a escola sofre de muitos problemas disciplinares que se tornaram uma “questão” a ser resolvida por diferentes instâncias do sistema e ensino, tornando tais problemas como incumprimentos, os alunos como infratores e os professores como guardiões da aplicação uniforme da lei. Por essa abordagem, privilegiando os instrumentos disciplinares, os alunos são considerados insuficientemente socializados, sendo que a punição visa precisamente o fortalecimento da regra que foi transgredida, como suplemento à socialização. Uma perspectiva que Durkheim, há cerca de um século, em *L'Éducation Morale*, havia reconhecido como anacrônico na instituição escolar moderna. Ela corresponde ao “governo de polícia” de Foucault, segundo o modelo da ordem, da disciplina preventiva e da integração no todo. Os dados da pesquisa foram coletados tendo em vista apreender as percepções e as ações dos estudantes do ensino secundário português — questionários para 725 estudantes de 4 escolas da Grande Lisboa —, e a análise sugere que os estudantes mobilizam diferentes

gramáticas políticas em situação e, como tal, mostram envolvimento qualitativamente contrastados relativamente às regras escolares. Fechando o dossiê, Karel Yon, no artigo “Os efeitos de socialização política de um sindicalismo ‘apolítico’: um estudo de caso”, realiza uma análise processual do engajamento político no interior da *Confédération Force ouvrière*, interrogando os efeitos de uma socialização política que se legitima tomando distância em relação à própria política. Esse caso demonstra que a desconfiança em relação à política pode facilitar ou dificultar a carreira sindical em determinados espaços, assim como as relações interpessoais e aprendizagens militantes conduzem a um determinado modo de se conceber o trabalho sindical, sua função e seu lugar em relação, sobretudo em relação à política sindical. Observando os agentes no curso de diferentes ações sindicais, tais como manifestações públicas ou cursos de formação, foi possível compreender que a distância em relação à política não poderia ser considerada com uma “cegueira” por parte desses sujeitos; tratava-se, sobretudo, de uma condição para a “ação legítima” no interior desse campo sindical, uma regra pragmática que regia suas interações interna e externamente ao sindicato. Nesse sentido, não se tratava de um fenômeno antagônico, mas de uma modalidade específica de socialização política.

*Kimi Tomizaki*¹

*Maria Gilvania Valdivino Silva*¹

*Hamilton Harley de Carvalho-Silva*¹

¹Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação – São Paulo (SP), Brasil. E-mails: kimi@usp.br, maria.gilvania@usp.br, hamiltonharley@usp.br